



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

1. Dados da Reunião

Data	Hora inicial	Hora final	Local	ATA Nº
31/07/2019	16:10	17:55	Sala de Reuniões da STI	04/2019

2. Participantes

Nome	Cargo
Altair Junior Ancelmo Soares	Diretor da STI
Erich Wilson	Coordenadoria de Atendimento
Fernando Monteiro Duarte	Diretor DIT
Gilliard Santos Cordeiro	Diretor do DSA
Larissa Oliveira Ostrowsky Ovando	Assessora Técnica Especializada
Daren Dobrinsky Soares	Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas
Damião Rodrigues Oliveira	Coordenadoria de Homologação e Implantação
Charles Cestari Baruki	Coordenadoria de Suporte Operacional
Elida Ota Ortega Asato	Assessoria de Governança de TI

3. Pauta

Item	Descrição
1	Plano de tratamento ao questionário iGovTIC-JUD
2	Apresentação dos indicadores previstos para julho
3	Primeira revisão do Plano de Capacitação
4	Apresentação das orientações para Análise de Mercado das contratações



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

4. Relato da Reunião

A Reunião iniciou às 16:10 hs com o Sr. Altair contextualizando a questão envolvendo as atividades que estão ligadas aos planos estratégicos e não estão sendo seguidos adequadamente e tratados com a devida relevância. O diretor da STI reflete que a ausência de sua própria disciplina ao tratar estas questões acaba comprometendo todo o desenrolar das atividades. Reconhece também que as atividades diárias acabam atropelando uma gestão mais efetiva de todas as atividades que envolvem a STI, principalmente as relacionadas aos diversos planos, a título de exemplo, citou que o plano de capacitação precisa ser melhor gerido tanto por ele quanto pelos seus gestores, e que muitas vezes ele acaba autorizando treinamentos sem a consulta ao plano. A Sra. Larissa observou que a Assessoria está pensando em otimizar o plano de capacitação, sugerindo que sejam realizadas avaliações rápidas após os treinamentos para verificar a efetividade dos mesmos e registrar algumas lições aprendidas, quando for o caso. Enfatizou também que os diretores/coordenadores precisam analisar a real aplicabilidade dos treinamentos nas atividades que serão desenvolvidas, mas esta otimização não pode ser uma iniciativa isolada, precisa ser também algo que os departamentos/coordenadorias vejam como positivo. Continuando, o Sr. Altair reforçou que a Assessoria de Governança não é a responsável direta pelos planos e que todos precisam se sentir responsáveis pela sua gestão. O Sr. Altair definiu que o primeiro passo para mudar o tratamento em relação a estas questões será estabelecer o calendário das reuniões do Comitê de Gestão, ficando estabelecido que a primeira quarta-feira do mês, às 16h, deverá sempre estar reservada. A segunda quarta-feira do mês deverá estar reservada para a reunião do Comitê de Governança. Continuando a análise dos tratamentos dos planos, foi lembrado que questões envolvendo o planejamento de contratações já haviam sido tratadas e até definidas no ano passado. Os gestores deveriam sempre priorizar os estudos e acompanhar as contratações/prorrogações para que não ocorressem atropelos. Entretanto, novamente neste ano, o plano de contratações necessita de uma revisão urgente, várias contratações previstas para o primeiro semestre ainda não foram efetivadas, há um risco de não haver bons estudos preliminares, bem como de não haver tempo hábil para realização de todas as licitações. Com relação ao PDTIC, talvez seja o momento de revisar se todas as necessidades precisam estar elencadas e se haverá mecanismos para geri-las adequadamente. Uma alternativa seria atualizar o PDTIC mantendo apenas necessidades estratégicas, relevantes e que tenham condições de execução e monitoramento. Paralelo à estas atividades de gestão, foi exposto pelos participantes que muitas demandas da administração acabam alterando o curso normal do planejado pois na maioria das vezes acabam sendo priorizadas. Diante do que foi relatado, o Sr. Altair questionou seus diretores/coordenadores para que eles manifestassem, sob o ponto de vista deles, de qual fator está sendo mais relevante para que as atividades de gestão estejam sendo relegadas a um segundo plano. Foi unânime a resposta, que o grande volume de demandas existentes que se desdobram em atividades operacionais causa sobrecarga nos colaboradores e visando minimizar esta situação, os gestores acabam assumindo tarefas operacionais. Foi questionado pela Sra. Elida como eles tratam questões de demandas e, conseqüentemente de prazos, para dar uma resposta ao cliente. Tanto o Sr. Altair como os diretores/coordenadores disseram que não há um “padrão” definido, que os planos existentes não norteiam as tomadas de decisões, ou seja, o processo de negócio precisa ser discutido, sendo a área de desenvolvimento a mais afetada, o que deverá ser tratado em outra reunião. O Sr. Charles reconheceu o quanto é importante tratar e monitorar as atividades diárias e as novas demandas, que a STI tem uma “vitrine” de ferramentas de apoio e poucas são utilizadas. Aproveitando este mesmo assunto, o Sr. Altair apresentou uma relação, por departamento, das informações que podem ser coletadas para acompanhamento/monitoramento das áreas. Mais uma vez foi reconhecido, por consenso, que não há ausência de informações, o que precisa haver é uma mudança de mentalidade, de atitudes e disciplina para se utilizar tanto as ferramentas como os planos, em sintonia. A título de contribuição, o Sr. Erich relatou uma situação com relação à gestão de pessoas, que reflete na insatisfação e no menor



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

desempenho dos colaboradores e que faz com que os coordenadores assumam tarefas operacionais e consequentemente sobrando menos tempo para gestão. Em conversa com um colaborador ficou evidente a insatisfação por não ter havido um feedback adequado da realização de suas atividades e também no repasse dos motivadores para a realização das atividades, ou seja, faltou a informação de qual o valor agregado as atividades proporcionam, seja para a STI ou para o TJMS. Enfim, o colaborador não se sente inserido e nem valorizado no que está realizando e consequentemente não tem motivação para realizar outras atividades. Restou claro que está faltando tratar estas questões com mecanismos de gestão. Como estes assuntos não estavam na pauta mas restou evidente o seu tratamento, foi dado início aos assuntos da pauta. Ficou decidido que o item 01 – Plano de tratamento do questionário iGov_TIC-JUD será tratado em próxima reunião, para que todos tenham condições de atualizar a planilha encaminhada, lembrando que normalmente o CNJ encaminha o questionário para ser respondido em agosto, com informações a serem preenchidas de ações realizadas no ano anterior. Em seguida, a Sra. Larissa iniciou a apresentação dos indicadores abaixo:

Indicador
Execução do Plano de Capacitação
Execução do Plano de Contratações
Execução da Proposta Orçamentária
Execução das necessidades do PDTIC

Foi apresentado o Plano de Capacitação, observado que apenas o Comitê de Gestão tem atribuição de aprová-lo, e que é importante o seu acompanhamento, para que as solicitações de treinamento aconteçam em tempo hábil e que novas solicitações, cancelamentos, sejam comunicados à Assessoria de Governança, para mantê-lo atualizado. Informou-se quais demandas foram inseridas. A revisão do plano de capacitação, foi aprovada.

O Plano de Contratação foi apresentado sendo que o mesmo precisa ser atualizado, pois existem aquisições que estão marcadas como pendentes. Ainda, ressaltou-se que cancelamentos ou novas inclusões precisam ser comunicados à Assessoria de Governança, que submeterá ao Comitê de Governança para aprovação. O processo de licitação só poderá prosseguir com a contratação inserida no referido plano e aprovado pelo Comitê.

A execução da proposta orçamentária e das necessidades do PDTIC foram apresentadas através da exposição dos painéis do B.I. para conhecimento.

Por fim foi apresentado o material de análise de mercado para as contratações. É um resumo com os pontos principais do treinamento realizado. O objetivo será a divulgação junto às áreas responsáveis pela realização dos estudos (ETP's e TR), para uma orientação mais precisa. Futuramente poderá ser tratado por um normativo a ser instituído.

Ficou deliberado que será tratado nas próximas reuniões:

- . Tratamento do questionário do iGov-TIC-JUD;
- . A redefinição do PDTIC;
- . Trazer sugestões para melhorar a gestão das atividades e o fluxo de demandas;
 - . Alinhamento do direcionamento entre direção, departamento e coordenação;
 - . Medidas a serem adotadas para priorizar/balancear atividades de gestão;
 - . Fluxo de demandas do DSA;
 - . Possibilidade de repassar/tratar incidentes pelo DAU.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

A reunião foi encerrada às 17:55hs.

Altair Junior Ancelmo Soares

Erich Wilson

Fernando Monteiro

Gilliard Santos Cordeiro

Daren Dobrinsky Soares

Larissa O. Ostrowsky Ovando

Damião Rodrigues Oliveira

Charles Cestari Baruki

Elida O. Ortega Asato

Registro da ata de reunião: Élide Ota Ortega Asato